

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: de Sando

Class.:

Data: 05/04/80

Pg.:

Político esclarece questões da terra em Brejo do Burgo

Não há invasão nem grilagem no distrito de Brejo do Burgo, no Município de Glória. O que há são conflitos de interesses isolados, sem maiores implicações ou temor de conflito social de maior proporção disse à nossa reportagem. Adauto Pereira de Souza, atual presidente do IAPSEB e político com liderança em Glória.

O posicionamento do citado político, filho daquele município, é em decorrência das constantes informações sobre os "Pankararés" de Brejo do Burgo. O noticiário é veiculado pelo Instituto de Antropologia da UFBA, que conta com o apoio da ANAI — BA., Grupo de Indigenistas da Bahia e CIMI, segundo ele. Ultimamente, disse soube-se que também a Funai tinha enviado prepostos ao local, para iniciar a demarcação da "Reserva Indígena". Todavia, a versão dos moradores de Brejo do Burgo, contrários à criação da tribo, foi relegada a segundo plano, senão vejamos.

"Nasci no Município de Glória e permaneço ligado à terra e ao seu povo, e somente passei a ouvir falar serem índios os caboclos do Brejo do Burgo a partir de 1967. Antes, eles viviam integrados àquela comunidade, ordeira e pacificamente".

INÍCIO DE DIVERGENCIAS

Se viviam integrados a que se deve o início das rivalidades?

O futuro das divergências foi uma questão de terras entre Benevides Figueiredo e o caboclo Zeferino. Este, não satisfeito com a solução dada ao litígio pelas autoridades locais, procurou o pajé da tribo dos Pankarus de Brejo dos Padres, em Pernambuco, a quem já era aproximado por atos de crença. Foi orientado, então como meio de vencer a questão, a criar uma tribo indígena. O primeiro passo seria dançar o "toré". Com a dança, viria o reconhecimento do SPI e a dominação das terras. O próprio pajé dos "Pankarus" veio a Brejo do Burgo ensinar a dança.

Conhecida as pretensões houve a natural reação da comunidade. Os ânimos se acirraram. Novos entendimentos resultaram em acordo entre Zeferino e Benevides. Resolvida a questão, veio a desmobilização dos caboclos e uma trégua. Foi nesse exato momento que apareceu o antropólogo Carlos Alberto Caroso Soares, com o objetivo de realizar uma pesquisa sobre os pretensos índios. Os contatos iniciais foram conseguidos sob a promessa de que a tribo somente se constituiria com o resultado de seus estudos. Reavivou-se, assim, sob a inspiração de alguém estranho àquele gente, a esperança de conquista da terra e expulsão dos seus atuais proprietários. Carlos Alberto passou a ser efetivamente o defensor da criação da Reserva Indígena e o mentor dos cognominados pankararés.

Analisando o aspecto político em função

da conhecida reserva indígena, o Sr. Adauto Pereira de Souza esclareceu que Brejo do Burgo, é o maior distrito de Glória, com uma população superior a três mil habitantes e 800 eleitores inscritos. Quando do conflito entre Zeferino e Benevides — frisou — o prefeito do município era Arthur Figueiredo, filho do Brejo do Burgo e prestigioso líder em toda a região. Na sua gestão o povoado foi elevado à categoria de distrito, com o nome de Francelino Figueiredo, por decreto do governo da Bahia. Hoje, Brejo do Burgo tem dois representantes na Câmara de Glória — Maria Laura da Silva e José Barbosa de Oliveira. Não é, portanto, um lugarejo qualquer. E dada a importância que representa, esses líderes políticos têm procurado mostrar o quanto será prejudicial a desintegração daquela comunidade. São, portanto, contra ao esfacelamento e às dissensões originárias de um direito não reconhecido.

— E o senhor é contra a criação de reserva por motivos científicos ou políticos?

Por convicção sociológica e jurídica. Com efeito, até onde tenho conhecimento, o grupo social que vive em Brejo do Burgo sempre esteve em interação, com relações de reciprocidade e interdependência entre seus membros. A organização social ali estabelecida e sedimentada ao longo dos anos, não fez distinção entre seus integrantes, quanto a hábitos, usos e costumes ou identificações étnicas. Todos, sem exceção, estão vinculados às mesmas tradições, sem que parcela da população apresentasse qualquer problema de inadaptação até 1967. Houve, portanto, um processo de adaptação global, utilizando-se os mesmos métodos de aprendizagem, buscando suprir as necessidades através de idênticos meios de produção agropecuários e cultivando os mesmos valores morais espirituais e sociais.

Juridicamente, admitindo-se que em alguma época existiu índios em Brejo do Burgo, eles terão que ser considerados integrados à comunidade nacional. Integração que se processou com tal intensidade e há tantos anos que não subsiste usos, costumes e tradições.

Como político, almejo ver a comunidade reintegrada no seu passado conhecido, sem que procure buscar em duvidosas "raízes" a infelicidade e a desunião, como está acontecendo. E assim ocorrerá na medida em que a conquista da terra for se tornando impossível, aí então será retomado o caminho da concórdia.

— Quais os passos a serem dados nessa direção?

— Os observadores da Funai constatarão essa realidade. E seguramente está afastada a hipótese da Reserva Indígena. Já se pode asseverar que os proprietários, moradores e pretensos índios, não serão molestados nas suas terras. O que vale dizer: cada um fica no que con-

quistou como fruto do seu respectivo trabalho.

A respeito da tese do antropólogo Carlos Alberto, disse que "esta não é conhecida oficialmente pela Funai e, até onde estou informado não foi concluída. Contudo, trata-se de um trabalho de Antropologia Cultural, que merecerá atenção quando conhecidas as conclusões.

Sobre a versão para a morte do cacique Ângelo Pereira Xavier, ele disse que ela é a que todos conhecem e é a única verdadeira — ele foi assassinado por vingança. E o assassino — Antônio de Lino — é realmente sobrinho da mulher de Ângelo. Logo, uma briga de família. Convém salientar que Ângelo era um homem trabalhador e dos maiores proprietários do Brejo. Pela sua posição econômica Carlos Alberto passou a chamá-lo cacique. Tinha, efetivamente, liderança sobre os caboclos, mas cacique representava uma criação recente. Examinando a posição do filho de Ângelo como seu substituto, enfatizou que se tratava de um rapaz equilibrado e que vem procurando harmonizar as coisas entre os caboclos. "Desconheço, porém, se possui os requisitos para estar à frente dos interesses do grupo. Sei no entanto, que a sua autoridade no momento é nenhuma, devido a presença de dois índios da Tribo Pankarus — Luiz Gomes dos Santos, conhecido por "Luiz Preto" e Irineu. São eles que efetivamente estão chefiando os caboclos e vivem a fomentar rivalidades e conflitos no seio da população".

PROBLEMA FUNDIÁRIO

A respeito de questões de terras em Brejo do Burgo, o Sr. Adauto Pereira de Souza prestou os seguintes esclarecimentos:

"As terras foram adquiridas pelos meios normais permitidos em lei. Conheço cadeias sucessórias, como a de Augustinho Batista Leite, que data de 1806. Como ela poderia mencionar também as das famílias de Antônio Mariano, Pedro Barbosa de Oliveira, Adão Coelho de Araújo, Martins Gabriel de Araújo, José de Braz Granjeiros, Cícero José da Silva, Francelino e outros. Não há, portanto, invasões nem grilagem.

Ao finalizar abordou a situação dos índios na região, acentuando que "os caboclos estão em estágio cultural muito mais evoluído de que o tipo de vida que lhes estão querendo fazer aceitar. É evidente que o interesse de denominações exclusiva faz perdurar a prática de hábitos antes desconhecidos e agora mal assimilados. Desaparecendo a possibilidade da conquista, virá o desestímulo à busca de usos, costumes e tradições que não se adequam à realidade por eles vividas. E a tendência natural é predominarem os valores incorporados na interação com os habitantes da região".